

CIÊNCIAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL

Teresa Maria Frota Haguette

A preocupação com a geração de conhecimento no campo do Serviço Social tem se manifestado de forma permanente e presente nas discussões acadêmicas assim como nas reuniões anuais da categoria nos últimos anos.

Sem pretender abarcar todos os pontos relevantes das discussões, limito-me a tecer comentários sobre algumas poucas questões: 1) quais as especificidades do Serviço Social no âmbito das profissões que lidam com o social? 2) existe uma autonomia relativa das ciências sociais? existe um privilégio epistemológico do ponto de vista do proletariado? 3) como distinguir a “metodologia da ação” da “metodologia da investigação” no Serviço Social? Iniciemos pelo primeiro ponto.

1. AS ESPECIFICIDADES DO SERVIÇO SOCIAL

A reflexão sobre o método científico no Serviço Social não pode ser levada a efeito sem a colocação preliminar dos condicionantes históricos que deram origem ao Serviço Social enquanto profissão. Faleiros¹ em um retrospecto que remonta ao século XVI, mostra a vinculação desta prática de atendimento dos fracos, doentes e pobres a três instâncias sociais — sistema capitalista, estado e igreja — o que marcou de forma indelével o Serviço Social, imprimindo-lhe o caráter conservador que guarda até hoje. Criado dentro do arcabouço do sistema capitalista, e para servi-lo, não há como admirar-se dos es-

1. Cf. Vicente de Paula Faleiros, *Metodologia e Ideologia do Trabalho Social*, 6.ª edição, S. Paulo, Cortez Editora, 1980

tertores a que está envolta a categoria na busca da redefinição de seus princípios e de sua prática.

Na verdade, o Serviço Social é uma atividade assentada em várias ciências: ciências sociais, psicologia, psiquiatria, direito, economia, entre outras. Como tal, não é uma ciência, com objeto e método próprios conforme se costuma definir os campos do conhecimento científico. Isto leva a duas conseqüências: primeiro, com relação à natureza da formação profissional, que é mais eclética e horizontal, não especializada; segundo, na caracterização da profissão, que se configura de forma difusa, sem contornos delineados, levando a uma falta de identidade própria enquanto filiação precisa a uma área do saber.

Estas duas especificidades, no entanto, não se constituem em prerrogativas do Serviço Social. Muitas outras profissões como a medicina, a engenharia, a arquitetura, têm várias ciências como fundantes de sua *prática* e, aqui, parece-nos, se encontra o traço distintivo da profissão.² Não é nem na teoria (objeto de estudo), nem no método que se deve buscar aquela identidade que gera o sentimento de pertença do profissional ao desempenho das atividades que ele, mais do que outro, pode oferecer à sociedade. Estas especificidades, repetimos, não conotam qualquer inferioridade com relação a outras profissões que mais facilmente se distinguem pelo objeto de estudo e por seu método de análise. Antes, elas exigem um acervo de conhecimentos mais rico, mais variado, propiciando ao profissional uma polivalência que, no entanto, pode funcionar como faca de dois gumes: tanto pode levar à generalidade artificial e mediocrizante, quanto à especialização rigorosa fundada no momento inicial do pluralismo que se supera. A comprovação da adesão a um ou a outro esquema se evidencia na prática.

No caso do Serviço Social esta prática está visceralmente vinculada a "problemas sociais". Diferentemente do cientista social, que se ocupa da sociedade, de seu funcionamento e movimento, privilegiando a ação social — individual ou grupal — dentro de um campo interativo situado historicamente, o assistente social lida com as *conseqüências* da interação humana, quase sempre originárias da divisão e diferenciação entre as classes sociais.³ Ao confrontar os mais variados problemas sociais o assistente social, de modo geral, já se encontra atre-

2. Cf. João Bosco Pinto. *A Pesquisa e a Construção da Teoria do Serviço Social*, (sem ref.) mimeo.

3. Obviamente que nos referimos aqui aos países do bloco capitalista embora outros tipos de estratificação existam em sociedades socialistas e primitivas.

lado a instituições específicas* portadoras de políticas direcionadas ao seu campo de ação tradicional: *menor* (assistência alimentar, jurídica, adoção, trabalho, internamento); *saúde* (psiquiatria, mastectomia, colostomia, reabilitação física e mental, comunitária, prestação de serviços e concessões de benefícios, implantação do SUDS); *habitação* (organização de conjuntos habitacionais, seleção de famílias, organização de grupos, prestação de serviços); *empresas privadas e públicas* (atendimento ao funcionário, usuário ou trabalhador) e, finalmente, *organização popular* (fortalecimento das organizações populares, grupos de mulheres, sindicatos, fundações).⁴

Se, por um lado, as áreas que configuram a prática do Serviço Social são claras e bem delimitadas — embora guardando certa flexibilidade com relação à inclusão de novos campos de atuação, conforme o momento histórico — a teoria, ou teorias que subjazem a estas práticas, ou melhor, que tentam explicar a ocorrência dos problemas sociais, não parecem compor o elenco curricular básico da formação do assistente social. Por exemplo, há que atentar para a necessidade premente de equipá-lo com instrumentais teóricos aptos a fazê-lo compreender as causas ou determinações históricas dos fatos sobre os quais ele se debruça no seu dia a dia profissional.⁵ Há que fugir do reducionismo psicológico embutido em certas teorias do Serviço Social de Caso, de Grupo e de Comunidade, que mais camuflam do que esclarecem sobre as bases sociais dos problemas psicológicos.⁶

O domínio do conhecimento sobre o arcabouço dentro do qual se situa a prática do Serviço Social — primeira instância de totalidade na captação do real — representa o pré-requisito principal que, a nosso ver, circunscreveria a sua reconceitualização ou redimensionamento.

Não há, entretanto, nas ciências sociais, uma teoria consensual sobre como a sociedade funciona. Existem os diferentes paradigmas — estrutural-funcionalista e marxista, para citar apenas os mais expressivos — que pretendem convencer os

4. Áreas de atuação do Serviço Social, em Fortaleza, conforme informações prestadas por assistentes sociais durante o Seminário de Pesquisa no Serviço Social, promovido pelo Curso de Serviço Social da UECE, Fortaleza, maio de 1988.

5. Vale lembrar aqui disciplinas como Teorias do Desenvolvimento e do Subdesenvolvimento; Teorias Clássicas da Mudança Social; Análise de Ideologias; Estratificação Social, Estado e Poder, entre outras.

6. Ver a excelente denúncia de Safira Bezerra Aman em *Participação Social e Desenvolvimento de Comunidade no Brasil* que representa um marco na reconceitualização do Serviço Social no Brasil.

estudiosos sobre a superioridade de seu poder explicativo com relação ao que ocorre na sociedade.

Não há dúvidas que, dentro das ciências sociais no Brasil, o paradigma marxista é o mais aceito. Até hoje Marx não foi superado nos estudos que realizou sobre o funcionamento do sistema capitalista, apontando para as causas das desigualdades sociais, da exploração, da miséria. Não cremos, entretanto, que uma teoria convença somente pela força de seus argumentos internos. Na área do social as visões de mundo (*weltanschauung*) do profissional, sua ideologia, representam bússolas cravadas no seu intelecto, indicando a maior ou menor plausibilidade de uma ou outra teoria. Diante da dificuldade, ou mesmo impossibilidade, de comprovação da veracidade de uma teoria no campo das ciências da sociedade pode-se recorrer ao artifício utilizado por Rosa Luxemburgo⁷ que compara o ponto de vista do proletariado a um mirante, sobre o qual se pode ver e entender a sociedade a níveis mais altos de verdade cognitiva. A questão que se coloca está vinculada à presença da visão de mundo, da ideologia, na geração do conhecimento na área do social; ou seja, ao privilégio epistemológico do “ponto de vista proletário”, assunto que trataremos a seguir.

2. “PONTO DE VISTA DO PROLETARIADO” E/OU MÉTODO CIENTÍFICO?

A sociologia, assim como as ciências sociais de modo geral, tem sido acusada pela ala marxista mais ortodoxa de ser uma ciência burguesa. O que isto significa em termos epistemológicos e metodológicos? Significa, primeiramente, atrelar a discussão ao problema da autonomia relativa das ciências da sociedade. Em outras palavras, questiona-se a possibilidade do conhecimento através do método científico (burguês: viés de classe) o que implica em admitir que ele (conhecimento) só pode ser alcançado mediante a adoção do ponto de vista do proletariado (ideologia proletária: superioridade cognitiva).

Os argumentos que cada um dos lados — científico/ burguês e marxista — utiliza para comprovar a veracidade de suas assertivas são: O método científico representa a única forma através da qual o conhecimento é atingido. Fora dele, existe o senso comum e as ideologias que se pretendem universais mas

7. Utilizado também por Michael Lowy em *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen*, S. Paulo, Editora Busca Vida, 1987.

que, na verdade, representam*interesses particulares. O método científico nas ciências do homem ou da sociedade, entretanto, não é isento de ideologia, vez que o próprio sujeito da pesquisa (investigador) é parte do objeto pesquisado (sociedade) e, como tal, partilha das diferentes ideologias que permeiam as classes sociais a uma das quais ele pertence; logo, admite-se que a objetividade absoluta, conforme concebida para as ciências da natureza, é inatingível. Deve-se, no entanto, buscá-la da melhor forma; o pesquisador deve colocar certa "distância" entre ele e seu objeto de estudo a fim de "enxergar" melhor a realidade, esforçando-se por não introduzir seus preconceitos, valores, etc, como parâmetros interpretativos. Não há dúvida de que aqui está presente a proposição positivista de Comte assim como as "regras" de Durkheim.

Da mesma forma, acredita-se que a neutralidade absoluta nas ciências do homem é problemática, vez que ela também é afetada pelo viés de classe do pesquisador embora seja também seu dever buscá-la (neutralidade). A procura da objetividade e da neutralidade é condição *sine qua non* do método científico. A convicção de que elas são inatingíveis na forma pura não exime o investigador de tentar alcançá-las, Fora deste pressuposto básico cai-se na ideologia, simplesmente, sem qualquer garantia de obter-se a verdade. Esta preocupação tem sido atribuída exclusivamente ao positivismo; assim é que Lowy⁸ escolhe este único ponto como divisor de águas entre o positivismo e outros modelos interpretativos do real (marxismo e historicismo). Sua argumentação contra a pretensão positivista da neutralidade e objetividade da ciência é a seguinte: as ciências da sociedade não podem ser concebidas da mesma forma que as ciências da natureza pelo fato do pesquisador ser parte do objeto pesquisado (sociedade) e, como tal, ser membro de uma classe social que lhe imprime, de forma irreversível um viés (ideologia) que lhe impede de ser objetivo e neutro. Parte-se, pois, do pressuposto de que, tanto a objetividade quanto a neutralidade, são inatingíveis; e mais, elas não são desejáveis, vez que o cientista social *deve* adotar o "ponto de vista do proletariado", única maneira de interpretar o real com garantia de certa aproximação. A presença da ideologia é necessária, contanto que seja a ideologia correta, aquela do proletariado. Considerando que cada membro da sociedade está vinculado a uma classe social e, considerando também, que muito poucos pesquisadores são oriundos da classe

8. Op. cit.

operária, como pode ele desembaraçar-se de uma ideologia de outra classe e adotar aquela do proletariado? Vários autores marxistas se debruçaram sobre esta questão: Lenin fala da necessidade de uma “vanguarda” intelectual que conduziria a classe operária à consciência de sua situação no sistema produtivo, como explorada, e à necessidade de uma luta libertária; Gramsci identifica a figura do “intelectual orgânico” que pode se desligar de seus interesses de classe para tornar-se o “intelectual orgânico do proletariado” (ou da burguesia). Já Lukács não acredita na possibilidade de alguém se desprender por completo dos interesses de sua própria classe para adotar aqueles do proletariado. Para Lukács, toda força tem que emergir do interior da classe. Só o proletariado possui a consciência verdadeira⁹ e só ele pode lutar por sua própria libertação.

Será a adoção do “ponto de vista do proletariado” garantia suficiente para se atingir o real verdadeiro? Lowy (1987) responde que não, e aqui retomamos a analogia utilizada por Rosa Luxemburgo sobre os “patamares cognitivos” representados pelas classes sociais. Ele conclui que “o ponto de vista potencialmente mais crítico e mais subversivo é o da classe revolucionária, o proletariado. Mas não há dúvida de que o *ponto de vista proletário não é de forma alguma uma garantia suficiente do conhecimento da verdade social: é somente o que oferece a maior possibilidade objetiva de acesso à verdade*”.¹⁰ (grifos nossos)

Esta afirmação nos remete à questão da autonomia relativa da ciência no campo social, ou seja, admite que a *não adoção* do “ponto de vista do proletariado” é aceitável desde que o conteúdo ou objeto da pesquisa se configure como independente com relação à existência das classes sociais. A anuência ao postulado da superioridade cognitiva da visão proletária, pois, não invalida o reconhecimento do valor do método científico convencional baseado na busca da neutralidade e da objetividade.

Não está claro, por outro lado, que a adoção do “ponto de vista” do proletariado se constitua em um problema epistemológico ou se, ao invés, seja um problema de natureza ética. A primeira perspectiva expressa uma adesão a postulados ontológicos para os quais não há argumentos lógicos; ou os aceitamos ou os rejeitamos *tout court*. A segunda, traz o apelo moral de opção pelos fracos e oprimidos, quase que inquestioná-

9. A perspectiva lukacsiana é também adotada por Lowy e por Paulo Neto.

10. Op. cit., pp. 209-210.

vel para os profissionais das ciências do social no mundo subdesenvolvido, para quem as desigualdades sociais se tornam insuportáveis e brutalmente legitimadoras de qualquer ação de cunho transformador e libertador. A distinção entre as duas não é fácil...

Aproximamo-nos de um ponto crucial nos questionamentos sobre o Serviço Social: *como agir (praxis) dentro deste campo profissional? Como distinguir a "metodologia da ação" da "metodologia da investigação"?*

3. METODOLOGIA DA AÇÃO VERSUS METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

Esta temática está estreitamente ligada à reflexão anterior e à ela voltaremos oportunamente. No momento, limitamo-nos a pinçar um dos aspectos relevantes discutidos no documento da ABESS-PUC¹¹ já expresso no título acima. Antes, porém devemos definir os termos da questão para evitar equívocos.

Por "metodologia da ação" se entende as diferentes formas de intervenção na realidade com vistas a uma transformação libertadora. Transposto para a terminologia metodológica das ciências sociais o conceito se alinha às concepções da "pesquisa ação" ou "pesquisa participante".¹² Tudo indica que esta perspectiva metodológica expressa o conteúdo das preocupações dos profissionais do Serviço Social que, conscientes, não só da apatia e acomodação que, quase sempre, caracterizam o "estado de espírito" desta prática, como da necessidade de uma transformação societária, vêm desencadeando um processo de autocrítica dos mais sérios, com vistas a uma redefinição e/ou reconceituação do Serviço Social.

A pesquisa participante¹³ representou, na sua origem, uma tentativa de proposta alternativa ao método científico convencional de abordagem do real. A falência da ciência na solução

11. Cf. ABESS-PUCSP, *Ensino de Metodologia no Serviço Social: Tendências e Alternativas — Relatório Preliminar*, setembro — 1987.

12. Ver a este respeito Carlos Rodrigues Brandão (org.) *Pesquisa Participante*, 3.ª ed. S. Paulo, Ed Brasiliense, 1983 e *Repensando a Pesquisa Participante*, 2.ª ed. S. Paulo, Ed. Brasiliense, 1985; Michel Thiollent, *Metodologia da Pesquisa Ação*, S. Paulo, Cortez Ed. 1985; Maria Ozanira Silva e Silva, *Refletindo a Pesquisa Participante*, S. Paulo, Ed. Cortez, 1986; Teresa Maria Frota Haquette, *Metodologias Qualitativas na Sociologia*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1987, entre outros.

13. Para uma avaliação crítica da Pesquisa Participante ver T.M.F. Haquette, op. cit.

dos problemas da miséria e da pobreza levou à reflexão sobre a necessidade de uma atuação (intervenção) mais concreta e efetiva junto aos oprimidos mediante o menosprezo a dois dos principais postulados do método científico: o da neutralidade e o da objetividade. Os pressupostos teóricos e epistemológicos que informaram e legitimaram esta postura emanam do marxismo, com laivos de humanismo cristão.

Em termos metodológicos a pesquisa participante representa um processo concomitante de a) investigação, b) educação e, c) ação transformadora (política), no qual existe um elevado grau de interação entre o pólo pesquisado e o pólo pesquisador cimentado por um respeito mútuo pelo saber diferenciado de cada pólo: o saber popular e o saber erudito ou científico.¹⁴

Já o método científico tradicional, conforme nos referimos anteriormente, enfatiza a busca da neutralidade e da objetividade como forma de controle do viés ideológico e outros vieses, onde a intervenção — ou indução de qualquer espécie — é interdita.

Diante dos métodos não nos cabe, entretanto, interrogar-nos sobre qual dos dois eleger para garantir a melhor realização da prática do Serviço Social. Isto seria incorrer em um erro de graves conseqüências. O correto seria perguntar-nos: Face ao problema “x”, qual o tipo de método que melhor se adequa à execução da investigação?

A pesquisa participante se caracteriza mais pelo componente processual, educativo e político, desenvolvido através de uma intervenção gradual na realidade a fim de transformá-la para o bem dos oprimidos. E isto leva muito tempo, talvez, anos... Poder-se-ia afirmar que esta modalidade representa um modelo de “metodologia da ação” que se adaptaria aos princípios do Serviço Social em *certas circunstâncias*, não em todas. O Serviço Social não pode prescindir do método científico convencional, ou da “metodologia da investigação” (ou do conhecimento). Há problemas sociais que precisam ser previamente conhecidos para se saber como resolvê-los; outros, que necessitam de uma investigação rápida, por exemplo, através de um “survey” e, ainda, outros que demandariam uma mudança de mentalidade ou uma “conscientização”, na linguagem de Paulo Freire, da própria população com fins à construção de uma ação libertária.

14. Em Brandão (1983, op. cit.) encontra-se um artigo de Paulo Freire dentro desta perspectiva: *Criando Métodos de Pesquisa Alternativa: Aprendendo a Fazê-lo Melhor Através da Ação*.

Não é ao nível do método* que se deve temer o desrespeito às categorias de totalidade, mediações, determinações múltiplas, unidade de contrários, e outras mais das geniais concepções de Hegel e Marx. Nada funciona se, em termos de visão de mundo, o pesquisador não fizer a melhor escolha...

A Guisa de Conclusão

— O Serviço Social não tem uma metodologia de pesquisa própria. Tanto o método científico convencional como a pesquisa participante devem ser utilizados dependendo do problema de pesquisa em apreço. Enquanto o primeiro se presta à preocupação com o *conhecer*, a segunda se dirige a momentos de investigação duradouros, onde o tempo de execução não é limitado e quando o objetivo primeiro se apoia, ao mesmo tempo, no tripé *conhecer/ educar/ transformar*. A utilização indevida da pesquisa participante, no entanto, pode levar à manipulação (da) e/ou ao desrespeito à população.

— A pesquisa participante não representa uma alternativa ao método científico tradicional, mas uma *outra* possibilidade de abordagem do real; ou seja, eles não são mutuamente exclusivos em termos de opção metodológica. Dependendo do problema de pesquisa se emprega um ou outro.

— As áreas de pesquisa do Serviço Social são tantas quantas são suas áreas de atuação: menor, saúde, habitação, sistema capitalista (empresas privadas e públicas), associativismo, etc. Em cada uma destas grandes linhas de pesquisa se pode gerar conhecimento sobre o real social, dependendo do interesse específico do pesquisador. Na maioria das vezes as teorias explicativas sobre aqueles aspectos são encontradas nas Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia, Ciência Política, e, em outras (Serviço Social de Caso), na Psicologia, Psiquiatria, Direito.

— Pesquisa é geração de conhecimento. Quem não pesquisa repete as teorias que os outros construíram com suas investigações. As teorias explicam o funcionamento do real. Como o real é dinâmico, histórico, as teorias não podem ser as mesmas. Por esta razão devemos criar as nossas próprias teorias sobre nosso real nordestino; mas, para isto, tem que haver competência. Investir na formação do pesquisador é condição *sine qua non* do conhecimento novo.

— Pesquisa no Serviço Social não significa, necessariamente, o estudo da sua prática. Esta é uma linha que se presta a momentos de avaliação do exercício da categoria, mas não é a mais rica. O *locus* de investigação por excelência no Serviço Social deveria ser o real sobre o qual atua o profissional.

— A dialética é outra forma de abordagem do real, mas, ela também, não se adequa a todos os problemas de pesquisa. Em se tratando de uma metodologia de análise do desenvolvimento social ela necessita de uma unidade temporal de, pelo menos, uma década para que o pesquisador observe mudanças ocorridas. Como diz Florestan Fernandes¹⁵ "... eu duvido que alguém possa tratar as relações sincrônicas de uma perspectiva dialética. Ou falsifica a dialética, ou falsifica as relações sincrônicas. Não há talento que resista a esta prova. Ou, então, a análise dialética não é uma tentativa de explicar a transformação da sociedade; é uma tentativa de mistificar".

— A primeira preocupação do investigador neófito ao pensar em um problema de pesquisa deve ser a ausculta de sua própria visão de mundo. É aqui que todas as suas convicções afloram surpreendendo-o, muitas vezes. Enfim, se por razões epistemológicas ou éticas, a opção pelos oprimidos ainda é a mais segura...

15. Florestan Fernandes. *A Condição de Sociólogo*. S. Paulo, Hucitec, 1978.